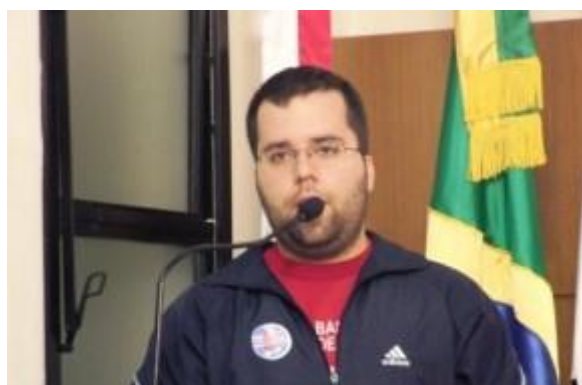


Educação: Greve da rede estadual volta a ser assunto na Tribuna

05/07/2011

Na reunião ordinária desta terça-feira (5), a Tribuna Livre recebeu mais uma vez um representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SindUTE). Agora, a manifestação ocorreu pelo professor da rede pública de ensino de Viçosa, Paulo Gustavo Grossi da Silva.



Segundo o professor, por meio do posicionamento na Tribuna ele veio esclarecer aos vereadores e a população que a greve dos professores da rede pública iniciou no dia 8 de junho, mas até o presente momento não houve nenhuma negociação. “Nada foi decidido, já que o governador do estado disse que não negocia com a classe em greve”.

Paulo Grossi, explica que o motivo da greve é o não cumprimento da lei federal 11.738/2008 que instituiu o piso salarial nacional. “Essa lei não é cumprida em Minas Gerais, e isso pode destruir a nossa carreira e também a educação pública”.

Ele ainda completou “estou aqui para tentar mostrar a vocês que a greve em Minas é por um motivo justo, que é cobrar uma lei federal. Em nome da categoria, dos pais e dos meus alunos, que eu peço a essa Casa uma Moção de Repúdio ao não cumprimento da Lei que instituiu o piso salarial, pois essa luta é pela educação pública, que não pode ser feita sem os educadores”, finalizou.

Os vereadores se manifestaram favoráveis ao pronunciamento do Professor. A vereadora Cristina Fontes (DEM) afirmou que acha justa a reivindicação, “nós

temos observado que não tem acontecido o cumprimento do piso salarial, e somos parceiros na luta de vocês. Contem com o apoio da Casa e o meu apoio particular”.

Ademar Gomes (PR) disse que apóia o movimento. “A luta é válida pelo salário digno que os professores merecem”.

O vereador Carlitos Alves (PDT) ressaltou que no Brasil é preciso investir em educação. “Eu acredito no ensino público e o que puder fazer pela melhoria dele, apoiarei”.

Moção de Apoio- Por meio da Moção de nº 009/2011, os vereadores apóiam inteiramente a luta dos trabalhadores da educação de Minas Gerais para que o Estado cumpra a Lei de nº 11.738/2008 (piso salarial nacional), pois consideram a importância dos educadores para uma educação de qualidade. Todos assinaram a Moção.